

DEPARTAMENTO DE DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO

Objetivo Geral

Promover o diálogo ecumênico e inter-religioso pela reflexão teológica e a prática pastoral, para que a fé cristã seja compreendida no horizonte da ecumenicidade que lhe é inerente, no diálogo com as experiências religiosas apresentadas pelas diferentes igrejas e religiões.

Objetivos específicos

- 3.1 – Oferecer cursos de formação para o diálogo ecumênico e inter-religioso, buscando consolidar as práticas do diálogo na Igreja e na sociedade.
- 3.2 – Incentivar o estudo, a pesquisa e a produção literária sobre temas pertinentes ao diálogo ecumênico e inter-religioso, contribuindo com o desenvolvimento da teologia ecumênica e da teologia das religiões em nosso meio.
- 3.3 – Contribuir com a recepção dos documentos da Igreja sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso, bem como dos resultados do diálogo no âmbito nacional e internacional, para desenvolver uma reflexão e ação atualizadas.
- 3.4 – Prestar serviços à Igreja no Brasil, no que se refere à Dimensão 5 das Diretrizes da Evangelização da CNBB, para que a ação pastoral esteja acompanhada da reflexão e da prática ecumênicas.

Cursos previstos para 2008:

- Pós-graduação em Diálogo Ecumênico e Inter-religioso
- Espiritualidade do diálogo

Informações:
(...) 48 3234 0400
www.itesc.ecumenismo.com



Resumo: O tema é desenvolvido em duas partes: na perspectiva do AT e do NT. Numa visão de conjunto é apresentada a experiência espiritual na Bíblia à luz dos dois princípios fundamentais da religião de Israel: a Eleição divina e a Aliança sagrada. A temática é apresentada em retrospecto sobre a história dos Patriarcas, o período do Êxodo, a pregação dos Profetas, a oração dos Salmos, a situação pós-exílica de Israel e a reflexão dos sábios na literatura sapiencial. No NT se destacam três linhas marcantes de espiritualidade: a do Reino de Deus nos Sinóticos, a do desígnio de salvação e santificação em S. Paulo e a da vida em união com Deus em S. João.

Abstract: The thematic content is dealt with in two parts, beginning with a detailed analysis of the basic principles devised and implemented in the OT and subsequently as they are further developed in the NT. A comprehensive view presents the spiritual experience in the Bible in the light of two fundamental principles of the religion of Israel: divine Election and the Covenant between God and his people. These themes are worked out retrospectively in the history of the Patriarchs, in the period of the Exodus, in the preaching of the prophets, in the prayer of the Psalms, during the time after the Exile and in the reflection of the Sages as it is expressed in the Wisdom books. It is to be noted that the books of Wisdom are not merely disconnected collections of thoughts haphazardly gathered in books, but are meant to be reflected upon by those engaged in specific pastoral works. In the NT three distinctive lines of spirituality are being envisaged, such as the Kingdom of God in the Synoptics, God's plan of salvation and sanctification of human kind, as it was developed by St. Paul, and the life in union with God which is to be found in St. John.

Espiritualidade Bíblica

Luis I.J. Stadelmann, SJ

¹ O Autor é Doutor em línguas e literatura semítica e Professor de Teologia Bíblica no ITESC.



Introdução

A espiritualidade bíblica tem, como componente essencial, a vivência da fé e sua explicação teológica no contexto do Povo Eleito do AT, e do Povo de Deus do NT. O próprio termo – “espiritualidade” – tem significado explicativo devido à referência ao Espírito Santo atuando na comunidade de fé e no coração dos fiéis, quando tendem a elevar-se até Deus. A característica marcante da Bíblia é a espiritualidade comunitária, com prioridade na comunidade de fé e com interesse no indivíduo como membro nela inserido, superando o espírito coletivo da cultura tribal dos semitas e transcendendo a preferência por temperamentos afins. Nisso aparece a dimensão comunitária no AT e eclesial no NT, servindo também de substrato da espiritualidade popular e da piedade pessoal, bem como de tantos outros movimentos espirituais da tradição bíblica².

1. A espiritualidade do Antigo Testamento

A espiritualidade do AT está baseada em dois princípios fundamentais da revelação divina. Esses constituem as duas colunas sobre as quais repousa a religião de Israel: a *Eleição* divina e a *Aliança* sagrada.

Para entrar na esfera da aplicação desses dois princípios para o Povo Eleito do AT, não basta elaborar categorias teológicas. Requer-se também levar em consideração sua inculturação na mentalidade dos israelitas e na vida comunitária nas diversas etapas de sua história. É que o grupo, a família, o clã ou a tribo, como unidade social, eram idênticos, mas o sentido da coesão social e religiosa era diferente em cada caso. No interior da família é que surgiu o tipo de relação entre os familiares como agrupamento à base de um relacionamento como paternidade e irmandade espiritual. Destarte, os vínculos sociais entre os israelitas não se definiram pelos critérios étnicos e raciais, mas pelos laços sócio-históricos dos membros do Povo Eleito.

1.1. História dos Patriarcas

As narrações sobre as etapas da vida nômade dos Patriarcas e os acontecimentos que ocorreram em suas migrações têm como pano de fundo a transumância nos campos e nas colinas da região da Pales-

2 A abordagem da espiritualidade bíblica na comunidade da Aliança é muito importante, porque se distingue fundamentalmente dos movimentos espiritualizantes das religiões asiáticas, haja vista a meditação da loga e do Zen, propagada pelos mestres hindus e budistas.



tina (Gn 12-50). É neste contexto que se situa a *Eleição* divina, pois a migração anual dos pastores se iniciava com a invocação de Deus, do quem se implorava a proteção nos novos territórios. É que os pastores e os rebanhos deixaram para trás o patrocínio do deus tutelar do país de origem quando se punham a caminho rumo a um destino desconhecido. É interessante notar que os Patriarcas não invocaram o patrocínio do deus Baal, como divindade tutelar de Canaã, mas escolheram o “*Deus Altíssimo, Criador do céu e da terra*” (Gn 14,19). Essa escolha era inspirada pelo Espírito porque se tratava de Deus como Criador e Benfeitor, e não de um deus associado às forças telúricas e cósmicas, como p.ex. Baal que era o deus da tempestade. Era função de Deus atender o pedido por proteção e bênçãos de ventura para os Patriarcas e suas famílias, que se tornaram portadores de sinais de benevolência divina para toda a humanidade (Gn 12,1-3).

A espiritualidade característica dos Patriarcas é a assimilação dos princípios da *Eleição* divina e da *Aliança* sagrada na intimidade da família e no intercâmbio com os grupos sociais de tradições religiosas diferentes. Notável aí é o critério seletivo na adoção de formas culturais e concepções religiosas, não através da assimilação pura e simples de práticas e expressões de piedade cananéias, mas da vivência da fé com atos de adoração e da oferenda de dons sagrados como era praxe na devoção cultural: no altar de Betel (Gn 12,7-8, 13,4), no altar de Hebron (Gn 13,18), na ação de graças de Melquisedec (Gn 14,18-24), na ratificação da *Aliança* entre Deus e Abraão (Gn 15,18-21).

Digna de nota é a mudança de sentido da circuncisão, o rito da puberdade, em voga entre os povos primitivos para marcar a transição entre infância e adolescência. Longe de ser meramente um “rito de passagem” como iniciação na fase de amadurecimento humano, tornou-se um “rito religioso” como incorporação no povo da *Aliança* (Gn 17,1-27). Esse rito remonta à tradição do Patriarca Abraão e entrou em vigor desde então em Israel durante todo período histórico, até os dias de hoje no judaísmo. Outra inovação é a rejeição do costume de “infibulação” das meninas sem jamais ser praticada em qualquer época da história de Israel³. Na verdade, a pertença à *Aliança* sagrada não estava ligada a antigos ritos de iniciação em voga entre as tribos, mas foi introduzida como rito religioso praticado pelas famílias dos Patriarcas. Bastava, portanto, a circuncisão

3 Enrico CASALE, “Dossier: Infibulazione: dignità mutilata”, em Revista *Popoli*, Ottobre 2006, No. 10, p. 10-18. Para maior informação cf. www.stopfgm.org; www.dirittiumani.donne.aidos.it; www.amnesty.it etc.



dos meninos para comprovar o fato de que a pertença à *Aliança* não se faz por nascimento, ou por herança, ou então por osmose. Com isso ficou ab-rogada a lei segunda qual a continuidade histórica da *Aliança* acontece não pela lei da primogenitura, mas por *Eleição* divina, como é descrito no relato do “sacrifício de Isaac por Abraão” (Gn 22,1-19)⁴. Notável também é a extensão da *Eleição* divina à escolha da esposa de cada um dos Patriarcas: Sara (Gn 12,11-20), Rebeca (Gn 24,44), Lia e Raquel (Gn 29-30). Eram tidas como as Matriarcas de Israel porque fomentavam o “espírito do lar” e desempenhavam o papel crucial na realização da promessa anexa à *Aliança* sagrada⁵.

A História dos Patriarcas não termina com a morte do Patriarca Jacó, mas conclui com a continuidade histórica dos descendentes, organizados em doze tribos de Israel (Gn 49,28). Eis portanto, a vivência da fé que era idêntica em todas as tribos de Israel, sem variação nas diversas épocas e circunstâncias históricas.

1.2. Êxodo do Povo de Israel

O evento do Êxodo é a dramatização histórica da *Eleição* divina das tribos israelitas, refugiadas na terra do Egito, e sua organização como Povo Eleito, lembrado desde então na religião de Israel como memorial litúrgico na festa da Páscoa. É nesta solenidade que se celebra a fundação de Israel, não meramente como comunidade sócio-histórica, mas como comunidade que vive sob a *Eleição* divina, não como elite à parte do conjunto dos povos, mas como povo no seio das nações servindo de paradigma de salvação da humanidade (Gn 18,19).

Na marcha pelo deserto há um hiato de quarenta anos, desde a saída do Egito até à chegada ao Monte Sinai, o lugar da organização das tribos israelitas em povo da *Aliança* com Deus. É o caminho do Êxodo que os israelitas trilharam para dramatizar o fato do percurso desde a libertação do Egito até à revelação divina pela Lei divina no Sinai. Sua relevância de validade perene é inculcar a necessidade de normas éticas na vida moral do Povo Eleito como condição imprescindível para chegar

4 Cf. L. STADELMANN, “O Sacrifício de Isaac: Um texto clássico sobre o discernimento espiritual na Bíblia”, em *Perspectiva Teológica*, Ano 23, Nº 61, Set.-Dez. 1991, p. 317-332.

5 Cf. Catherine CHALIER, *As Matriarcas: Sara, Rebeca, Raquel e Lia*, (Trd. E.F. Alves), Petrópolis: Ed. Vozes, 1992, (Original francês 1985).



à Terra Prometida. Pois o caminho da libertação implica a “*liberdade de*” situações de opressão, passando para a “*liberdade para*” abraçar as leis de moral, e envolve a “*liberdade com*” a comunidade de fiéis, ou em outras palavras, partindo da expressão “Eu posso” para “Eu devo”.

1.3. Pregação dos Profetas

A função religiosa dos profetas em Israel era a organização dos israelitas em comunidades éticas, juntamente com a consolidação das comunidades de fé. O movimento dos profetas surgiu, como instituição, desde o início da monarquia em Israel, pois no período tribal, isto é, sob a liderança de Josué e dos Juizes, não havia profetas. A explicação do ofício dos Juizes durante toda uma etapa histórica em Israel pode estar na dupla função desses líderes tanto na área religiosa como judicial.

Com o surgimento da monarquia em Israel (começando com o reinado de Saul e, a seguir, o de Davi, em 1010 aC.), foi ab-rogado o sistema de organização tribal, substituído pela instituição do governo central sob a chefia do rei, com sede em Jerusalém. Sua função governamental e política sobre todas as tribos suplantou a autonomia territorial e as lideranças dentro dos clãs, surgindo o perigo de implantar-se o sistema de organização do Estado seguindo o modelo das monarquias cananêias e dos reinados e impérios pagãos. Era necessário salvaguardar os estatutos éticos do Povo Eleito dentro da tradição sócio-religiosa da *Eleição* divina e da *Aliança* sagrada, cujos arautos eram os profetas. Sua atuação era exercida em praça pública, e não primordialmente nos santuários, porque sua missão era proclamar a Lei divina em áreas de conflito, com ênfase na “justiça” na ordem pública. Os profetas visavam estreitar os laços de fraternidade entre os fiéis e a partir dali estendê-la para toda a sociedade civil de Israel, a fim de que o mundo do trabalho, o mundo do comércio e o mundo da política ficassem imbuídos pelas relações vitais da *Aliança* sagrada.

1.4. A espiritualidade nos Salmos

Trata-se da vivência da fé na liturgia por meio da oração comunitária e, ao mesmo tempo, de sua aplicação à vida. Implica em atitudes dos fiéis que se esforçam em desempenhar sua missão na vida, dentro dos parâmetros religiosos do Povo da *Aliança* em união com Deus. Seu âmbito não se restringe ao particularismo judaico, mas estende-se à co-



munidade litúrgica que abrange os fiéis do Povo Eleito e os prosélitos que integram o Povo de Deus. A solidariedade entre as pessoas que a compõem, baseada na participação de princípio único profundo, é a vinculação com Deus pela *Aliança* sagrada e a inserção na comunidade soteriológica do Antigo Testamento, cuja continuidade histórica se estende para a comunidade cristológica do Novo Testamento. Por isso, a ênfase na conformidade com a vontade de Deus, pormenorizada na Lei divina, não é atribuir ao voluntarismo ético o papel de vivência e crescimento na vida de perfeição, mas na adesão pessoal a Deus como Autor da *Aliança* sagrada e Pai do Povo Eleito. Daí que a natureza da religiosidade bíblica não se reduz a uma higiene da alma ou uma terapia espiritual de quem se submete à Lei divina recitando os versos do Sl 119 dedicados aos oito sinônimos (preceitos, prescrição, decretos, mandamentos, decisões, palavra, estatutos, testemunhos) inseridos nas vinte-e-duas estrofes desse Salmo. Aliás, nunca se menciona meramente a “Lei”, mas sempre a “tua Lei” isto é, a Lei de Deus.

Caracteriza-se como espiritualidade porque a convivência humana baseia-se no intercâmbio animado pelo amor e pela piedade para com Deus e pela solidariedade para com as pessoas, favorecendo a completa educação pessoal e social dos filhos. O fator determinante na vida espiritual é o amor a Deus e ao próximo, porque o ser humano só se desenvolve como pessoa através do amor e só se transcende a si mesmo, quando sua existência, imbuída de amor, é partilhada com os de sua família e se estende para Deus, através de sua ação participativa na missão da comunidade de fé.

A importância da espiritualidade comunitária inspirada na experiência de fé e vivenciada na comunidade está na percepção dos sinais da presença atuante de Deus na vida cotidiana. Essa experiência de fé é descrita pelos salmistas como manifestação verdadeira da bondade divina que transborda de amor para com o ser humano: Antes que alguém professasse a fé em Deus, a solicitude e a ternura de sua mãe eram a expressão da própria bondade divina para com Ele.

¹⁰ *Na verdade, és tu que me tiraste do ventre materno
.....e me confiaste aos seios de minha mãe.*

¹¹ *Desde o nascimento fui entregue a ti,
desde o ventre de minha mãe és tu meu Deus (Sl 22,10-11).*

Alguém poderia objetar que o salmista projeta um sentimento subjetivo para Deus, como mera sublimação do amor, elevando-o ao



nível mais elevado, a saber, o amor de doação de si mesmo. Mas essa objeção só seria válida, se o indivíduo em questão fosse uma pessoa avulsa rezando a Deus e não, como é o caso na oração dos Salmos por um dos fiéis da comunidade de fé e membro do Povo Eleito. Com efeito, é interrogando a razão iluminada pela fé que entendemos o elemento essencial de nossa perfeição que é o amor que nos une a Deus, que se autocomunica através da *Aliança* sagrada com seu povo.

Espiritualidade de alegria

Um traço marcante de espiritualidade bíblica é a alegria. Em oposição a esta espiritualidade há correntes de austeridade e severidade daqueles que, cheios de boa vontade, se empenham com fervor ou entusiasmo excessivo ao trabalho da própria perfeição, mas acabam por se fatigar e esgotar com esforços inúteis.

A causa principal da alegria espiritual da comunidade de fé é a presença atuante de Deus sentida na liturgia e na vida (Sl 119,14.74.111.162). Na comunidade cristã recordamos a liturgia da Eucaristia dominical, cuja celebração não se reduz a uma revivescência (*revival*) cultural, porque os fiéis festejam a união com o Cristo sacramental. O elemento específico dessa vivência festiva é a alegria pela vitória sobre a morte e alegria pela glória da ressurreição de Cristo. Tudo isso se converte em mensagem de fé para toda a humanidade e em componente essencial da espiritualidade cristã.

Essa alegria tem como fonte primária o próprio Deus da *Aliança*. É portanto dom de Deus e não fruto do intelecto humano ou da faculdade volitiva, embora contribuam como meio de coordenação e como instrumento harmonizador dos desejos. O dom de alegria espiritual nutre-se num clima de fraternidade e numa comunidade convivial. A alegria é propícia para se criar um ambiente de espontaneidade na manifestação de emoções, de expansão eufórica e animação lúdica da mocidade, da conversação descontraída dos adultos e da convivência entre os familiares no pequeno círculo do lar. Não menos importante é o efeito benéfico na vida pessoal como meio para diluir as tensões e mitigar o cansaço da alma. Não admira que a felicidade é tão relevante entre os pobres e simples como entre os grandes privilegiados da vida.

Esta espiritualidade de alegria implica renúncias ao comodismo e ao apego dos bens materiais, visando-se dar prioridade aos bens espiritu-



ais. No judaísmo surgiu uma mística da austeridade entre os “essênios” e “terapeutas”, e no cristianismo entre os “ebionitas”. Essa mística de rigor ascético era inspirada em parte nas condições de pobreza de grupos sectários e em parte na aplicação generalizada das expressões de austeridade na pregação dos profetas no AT ou de Cristo no NT, como se fossem exigências para um estilo de vida normal. Os textos bíblicos do NT visam transmitir uma mensagem para os fiéis de toda a Igreja, e não restrita a um grupo sectário ou a um círculo de ascetas. Na verdade, o chamado à renúncia dos bens materiais se entende de modo diferenciado quanto à espiritualidade e quanto à história da Igreja. No primeiro caso, trata-se da exigência de adesão pessoal a Cristo, prevalecendo o valor espiritual sobre o material. A renúncia tem validade para a vida cristã de todos os fiéis, mas só quando é assumida em virtude da relação pessoal com Cristo, e não em virtude de uma “causa”, ou um ideal religioso qualquer. Entretanto, a exigência da renúncia restringe-se a alguns grupos de fiéis que abraçam o estado da “vida consagrada” em vista da perfeição, não para fins de aprimoramento moral e religioso, mas por vocação divina como *carisma* do Espírito Santo para servir de credibilidade do apostolado cristão entre as mais variadas camadas sociais, principalmente entre os pobres.

No segundo caso, há um retrospecto narrativo (nos Evangelhos), sobre a Igreja dos primeiros tempos, prestando-se uma homenagem aos primeiros missionários que, por causa da perseguição dos judeus, sofreram boicote no comércio e foram expulsos da pátria, tendo que viver alhures na clandestinidade. Essas circunstâncias foram providenciais para a expansão do cristianismo, difundindo-se a religião cristã pelos discípulos de Cristo, imbuídos numa espiritualidade não da condição de vítima, mas numa *espiritualidade de entusiasmo* pela obra do Reino de Deus no mundo, sob a ação do Espírito Santo.

1.5. Período pós-exílico de Israel

Os escritos bíblicos do período pós-exílico passaram por uma revisão à luz da espiritualidade comunitária. Tanto os judeus repatriados como os israelitas autóctones de Judá consignaram por escrito a experiência amarga do Exílio do Povo Eleito, reduzido a duas tribos⁶. Era

⁶ O processo de afunilamento de doze tribos para duas ao final aconteceu em 722 aC. quando o reino do Norte de Israel foi conquistado pelos assírios e sua capital



mister salvaguardar a autenticidade da vivência da fé bíblica por esses poucos remanescentes através da restauração da liturgia no Templo. Não bastava pois uma mera revivência da espiritualidade por meio de ritos saudosistas evocando-se eventos do passado, pois a partir do saudosismo não se faz uma espiritualidade.

Por iniciativa dos israelitas, organizados em comunidades de fé na Terra Prometida e reunidos na liturgia do Templo restaurado, nasceu uma espiritualidade de fé viva e vibrante, motivada não só por causa de restauração dos símbolos religiosos da nação, mas sobretudo pela evocação dos princípios religiosos da *Eleição* divina e da *Aliança* sagrada, que não se desgastaram nem se tornaram obsoletos.

Nos livros das *Crônicas* relata-se, numa visão retrospectiva, a história de Israel em duas etapas, abrangendo o período pré-exílico e pós-exílico. O objetivo é ressaltar o duplo aspecto da vivência da fé na vida pública e privada, tal como aparece nos protagonistas do povo. Além disso, o primeiro aspecto dessa vivência concerne a prática do *culto* mostrando o fato de que Israel possuía uma *religião viva*. O segundo aspecto trata do elemento essencial do culto que não se restringe aos ritos religiosos, mas está no dom da *graça* divina, cuja mediação *sine qua non* é a liturgia sagrada, e não mero culto religioso. Daí que especial destaque recebem o culto sacrificial e a instituição do sacerdócio, pois compete exclusivamente aos sacerdotes oficiantes no Templo oferecer o sacrifício de ratificação da *Aliança* sagrada. Na verdade, é um caso raro na história dos povos da Antigüidade: que, após a extinção da liderança, das estruturas nacionais e da deportação dos habitantes, um povo tivesse sido restaurado e sua integridade territorial fosse novamente reconhecida pelos povos vizinhos. Para os israelitas era de fundamental importância recuperar as sagradas instituições do Povo Eleito, para que os fiéis dentro e fora do país pudessem comprovar que de fato eles estavam vivendo sob a *Eleição* divina e a *Aliança* sagrada. Tanto os livros das *Crônicas* como os livros de *Esdras* e *Neemias* captam sua mensagem espiritual e transmitem uma espiritualidade de vibrante e alegre piedade para com Deus⁷.

(Samaria) foi ocupada. Os habitantes israelitas foram deportados e disseminados em várias localidades da Mesopotâmia. O destino de dez tribos do Povo Eleito sumiu pela miscigenação da minoria de israelitas rodeados pela maioria de outras religiões.

⁷ Cf. John C. ENDRES, “The spiritual vision of Chronicles: Whole-hearted, Joy-filled Worship of God”, em *The Catholic Biblical Quarterly*, vol. 69, No.1, January 2007, p. 1-21.



1.6. Livros Sapienciais

A perspectiva pastoral, que cada um dos livros sapienciais⁸ oferece à reflexão da comunidade de fé, corresponde ao objetivo primário para o qual o respectivo livro foi escrito. Dada a diversidade de setores e de ambientes, nos quais se empenham grupos de fiéis, que se aprofundam comunitariamente na experiência da fé, não se pode encarecer demais a importância do estudo destes sagrados livros para que os esforços humanos se inspirem na mensagem de *espiritualidade* e possam dar frutos de salvação. Pois a vivência e o testemunho de fé da tradição bíblica são fruto do Espírito, que continua elicitando uma resposta convicta para o engajamento pessoal nas tarefas eclesiais.

A dimensão experiencial e comunitária da espiritualidade que aí se destaca é a atividade pastoral dos grupos de fiéis. Os autores sapienciais produziram obras de valor inestimável oferecendo na Bíblia livros dedicados a uma espiritualidade operante que assume o compromisso social decorrente do amor fraterno.

Um breve conspecto sobre as diversas problemáticas abordadas nos livros sapienciais será de grande proveito para a reflexão sobre o apostolado da pastoral de conjunto. O *Livro de Jó* apresenta a espiritualidade da “pastoral dos enfermos” que leva as pessoas até Deus através dos questionamentos existenciais do valor da vida de alguém que está sofrendo grave enfermidade⁹. O *Livro dos Provérbios* valoriza o ensino na escola e na tutoria dos jovens como tarefa da “pastoral da família” para a inculturação da fé e dos princípios de moral na mentalidade dos jovens e adolescentes. O *Livro do Eclesiastes* oferece diretrizes à “pastoral dos universitários”, para o aprofundamento da fé no ambiente acadêmico¹⁰. O *Cântico dos Cânticos* aborda a ação primordial da coesão social entre os vários grupos de fiéis para criar uma comunidade de fé ao resguardo

8 Devido a afinidades estilísticas e temáticas, alguns livros sapienciais foram associados aos livros proféticos, como p.ex. *Lamentações*, *Daniel*, *Jonas*.

9 Cf. L. STADELMANN, *Itinerário espiritual de Jó. Tradução e Comentário do Livro de Jó*, São Paulo: Ed. Loyola, 1997. Este livro destina-se à reflexão sobre as atividades da Pastoral de Saúde.

10 Cf. Ludger SCHWIENHORST-SCHÖNBERGER (trad. e coment.), *Kohélet*, Freiburg-Basel-Wien, Herder, 2004, 572 p. Este comentário é uma obra fundamental da exegese bíblica porque aborda o livro de Coélet numa visão de conjunto em todas as suas partes sem apelar para estruturas literárias baseadas em conjecturas.



da fragmentação em facções e seitas¹¹. Outras abordagens em voga na atualidade ficam na contramão da proposta do autor, ao tratarem deste livro como alegoria do amor idealizado por Salomão e a Sulamita visando oferecer uma mensagem amorosa aos noivos¹². Neste caso se descarta o teor do “Curso de Noivos” no *Livro de Tobias*, que oferece subsídios de reflexão aos encarregados da preparação dos noivos e de suas famílias para a celebração do matrimônio. O *Livro do Eclesiástico* se dedica à tarefa de captar na Bíblia sua mensagem espiritual ao longo da história, aplicando-a à formação religiosa dos adultos. O *Livro da Sabedoria* aprofunda a noção de sabedoria, explicando-a como mediação do sentido da revelação divina quanto ao desígnio salvífico de Deus com respeito à humanidade.

O *Livro de Rute* é inspirador para a “pastoral de refugiados”. Trata-se de acolher também pessoas de convicções religiosas e práticas tradicionais adquiridas em outros países¹³. Destarte, essa atividade pastoral não se identifica com a obra de assistência social aos imigrantes, mas se dedica à promoção da integração sócio-religiosa de novos membros na comunidade de fé, sem discriminação racial, religiosa ou econômica. O *Livro de Judite*, como também o *Livro de Ester*, ilustra a “pastoral dos fiéis em ambiente hostil”. Bem sugestivo é o uso do gênero literário da

11 Cf. L. STADELMANN, *Cântico dos Cânticos*, S. Paulo: Ed. Loyola, 2ª ed. 1998. O problema do antagonismo entre judeus autóctones e repatriados aflorou com o retorno dos judeus exilados vindos da Babilônia. O argumento de fidelidade à religião judaica foi reforçado com a contribuição de bens materiais ao erário do Templo. No *Livro de Esdras* consta o inventário dos bens que os judeus repatriados trouxeram da Babilônia: 30 taças de ouro, 1029 taças de prata, 30 cálices de ouro, 410 cálices de prata, 1000 objetos diversos de grande preciosidade, sendo o total 5400 objetos de ouro e prata (Esd 1,9-11).

12 As promessas de restauração do Povo de Deus estão vinculadas à casa davídica e exprimem a esperança de um novo reino, como o de Davi (Ez 37,15-28). Entretanto, o ponto em questão no *Cântico dos Cânticos* é a estrutura política da monarquia como instituição governamental do povo israelita e não o amor romântico entre Salomão e a Sulamita. É de notar-se que o “sentido do amor” não é de um romantismo intimista, mas é tomado da terminologia jurídica dos tratados políticos da Antiguidade. Uma dessas palavras é “amor”, usada como sinônimo de aliança social e política entre Estados, reis e grupos sociais, quando formalizada por acordo escrito. Por conseguinte, as expressões de amor da Sulamita por Salomão designam a aliança política entre o rei e o povo. Os gestos de apreço mútuo – beijos, abraços, recepção em casa, refeições em comum – têm significado de ritos simbólicos da aliança, como manifestação não-verbal da pertença mútua. Veja-se o artigo clássico desse tema: W.L. MORAN, “The Ancient Near Eastern Background of the Love of God in Deuteronomy,” *CBQ* 25 (1963) 77-87.

13 Cf. Mark S. SMITH, “Your People shall be my People”: Family and Covenant in Ruth 1:16-17, em *Catholic Biblical Quarterly*, Vol. 69, No. 2, April 2007, 242-258.



novela histórica para dramatizar o princípio da espiritualidade: a fidelidade do justo é submetida à provação (cf Eclo 2,1). É notável o tipo de pastoral libertadora que se engaja na luta sem recluir obstáculos.

Entre os temas da espiritualidade encontramos também o da conversão contínua. Não somente para purificar-se do estado pecaminoso, mas também para progredir na via de ascese. É esse o objetivo da atividade da “pastoral de conversão” no *Livro de Jonas*, que previne contra o desvirtuamento do progresso espiritual por causa do ressentimento, amargura, mágoa e ódio alojado no coração. Pois na tradição popular de Israel procurava-se justificar o sentimento de vingança ao evocar a perseguição aos judeus pelos assírios. Mas este ódio não se justificava de maneira alguma, embora os judeus procurassem projetar o sentimento de vingança para Javé, prestes a punir os ninivitas. Pelo contrário, foi Ele que manifestou sua misericórdia ao enviar o profeta Jonas para pregar a conversão dos habitantes de Nínive, a capital do reino assírio¹⁴.

2. A espiritualidade do Novo Testamento

Os temas de espiritualidade abordados no NT tratam da experiência cristã no âmbito da piedade coletiva e da devoção individual. Ressaltam a vida interior da comunidade litúrgica, como também de pessoas particulares, e levam em conta atitudes que expressam estados de alma em circunstâncias especiais. A espiritualidade cristã acompanha o itinerário dos fiéis, em suas variáveis históricas, desde o seu início, através de práticas de ascese, até à vida contemplativa, rumo à perfeição. Estágios da ascensão para Deus são a comunicação dos dons do Espírito e a sucessiva reorganização das motivações da ação humana, que tanto mais será sustentada pela graça, quanto mais a pessoa aceitar o compromisso de assumir sua missão na vida, inserida na comunidade de fé, a serviço do Reino de Deus.

2.1. A espiritualidade dos Sinóticos

A idéia central do ensino de Jesus nos Evangelhos Sinóticos é a do *Reino de Deus*. Para entendermos a espiritualidade que se deriva

¹⁴ O *Livro de Jonas* representa o caso único de um profeta de Israel ser enviado aos pagãos. O objetivo do livro é ensinar a conversão moral de quem quer que seja como pré-requisito do progresso espiritual, cuja validade se estende aos seguidores de qualquer religião.



dessa idéia, expomos a *natureza* do Reino de Deus, a sua *constituição* e as *condições* para nele entrar.

A premissa necessária dessa idéia é a integração das comunidades cristãs num organismo mais amplo para criar uma sociedade verdadeiramente participativa e fraterna por iniciativa de Deus e colaboração humana. Já no AT se identificou o domínio de Deus sobre o seu povo vinculado a Ele pelos laços de amizade e ratificado pela *Aliança* sagrada. Entretanto, o que se entende pelo *Reino de Deus* não pode ser deduzido das passagens do AT que se referem ao “*Reinado de Javé*”¹⁵ porque essas se concentram no atributo de Deus como Soberano do mundo. Embora tanto uma como a outra dessas expressões estejam baseadas na concepção do domínio de Deus, todavia se distinguem entre si pelo modo de sua realização. Pois o *Reinado de Javé* manifesta a atuação divina através dos meios de mediação salvífica do AT, ao passo que o *Reino de Deus* se concretiza no NT através da dupla ação do Cristo Ressuscitado e do Espírito Santo.

A identificação do *Reinado de Javé* à luz da teologia do AT focaliza a concepção da Realeza de Javé em termos de transcendência divina que ultrapassa a soberania dos deuses tutelares como soberanos dos respectivos povos do mundo pagão. É de notar-se que a perspectiva de dimensão mundial do domínio de Deus, principalmente no âmbito da história da salvação, já foi amplamente desenvolvida no AT. Todavia, o que precisava ser enfatizado no NT era o serviço de mediação dos fiéis em termos de colaboração na obra de redenção que Cristo realizou e que continua operante por meio da Igreja em união com a ação do Espírito Santo. Na pregação de Jesus é freqüente a insistência na “justiça do reino”, o que para nós parece estranho, pois seria mais lógico que se insistisse na solidariedade entre os cidadãos do Reino de Deus. É de notar-se, porém, que na Bíblia “justiça” não se restringe à área legal ou jurídica, mas se refere antes de tudo à justiça de Deus, criativa e salvadora. Em vista das múltiplas exigências que entram no jogo, ressaltam as normas para a convivência, visando-se a *fraternidade* entre os fiéis da comunidade de fé, com conotação de *solidariedade* para com os cidadãos do âmbito civil.

Em vista da colaboração na obra da redenção de Cristo, todos as pessoas estão convidadas a “entrar no Reino de Deus”, abraçando os

¹⁵ O significado da expressão “Reinado de Javé” tem sua explicação na temática desenvolvida nos “Hinos ao Reinado de Javé” (Sl 47, 93, 96, 97, 98, 99). Esses hinos foram chamados também de “Salmos de entronização”.



princípios de fé que as comunidades cristãs vivenciam e manifestam no mundo. Essa influência deriva da proximidade dessas comunidades no meio dos povos em nível mundial, pois o próprio Cristo preconizou que esse reino “está no meio de vós” (Lc 17,21). Trata-se de uma irradiação dos princípios de fé e moral na vivência humana e não apenas da interiorização mental de idéias genéricas e abstratas sobre Deus e sua relação com cada indivíduo. Pois o que se visa é a assimilação da vivência cristã da fé para orientar a vontade, o intelecto, as afeições e os sentimentos das pessoas. Na prática, o que se tem em vista é propor a exemplaridade dos gestos de doação realizados por Cristo para que as pessoas assumam com docilidade suas virtudes fundamentais.

Uma visão de conjunto de todos os dados do ensinamento de Cristo sobre o Reino de Deus leva à conclusão de que se trata de uma *realidade metahistórica*¹⁶. Sua meta é conduzir as comunidades locais à plenitude, através da obra missionária no meio do mundo secularizado. Esse reino se torna cada vez mais manifesto onde houver uma comunidade cristã, cuja vivência da fé irradia como mensagem da salvação a um mundo muitas vezes obcecado pelo obscurantismo e desesperançado de uma vida como dom de Deus.

A súplica do Pai-Nosso: “Venha a nós o vosso Reino!” pede que o Reino de Deus inclua sobretudo a comunidade local, para que da colaboração comunitária resulte a sua implantação na história. Com essa súplica surge uma visão mais ampla na vida espiritual, despojada de sua particularidade individual e orientada para o plano universal. Pede-se que o domínio de Deus sobre a humanidade redimida vá crescendo no mundo, na medida em que aumenta o número de fiéis, até a consumação dos séculos. Entretanto, poderia parecer que o fator decisivo dessa expansão dependesse do aumento numérico de comunidades cristãs, quando na realidade o fator marcante é o conjunto de fiéis como portadores de dons salvíficos para o mundo¹⁷.

16 O significado de uma *realidade metahistórica* tem o duplo aspecto: trata-se de uma realidade que se acha presente e operante, mas que tem alcance transcendente. Destarte, os elementos contingentes do contexto terrestre estão essencialmente ordenados à sua plenitude do âmbito sobrenatural.

17 Surge a pergunta sobre a função dos líderes de seitas religiosas como possíveis portadores de dons salvíficos para o mundo. A resposta que se propõe é que esses pregadores têm boa chance de serem esses portadores para a clientela do respectivo movimento, porém sem alcance para outros ambientes devido ao exclusivismo do respectivo grupo.



2.2. A espiritualidade de S. Paulo

O ponto central do ensinamento de S. Paulo sobre a mensagem do cristianismo para toda a humanidade, é a herança da tradição religiosa do Antigo Testamento cuja transmissão para a posteridade fica a cargo da religião cristã e não do judaísmo, ou quaisquer movimentos de religiosidade, seja o sectarismo de Qumrân, os essênios, os ebionitas ou os terapeutas, cuja espiritualidade se restringia aos respectivos grupos de seguidores.

Esses movimentos não traziam uma inovação e nem sequer se notabilizavam pela inculturação da mensagem bíblica na mentalidade da geração judaica do período intertestamentário. Visavam transmitir apenas um conjunto de convicções e práticas religiosas aos seus seguidores para preservá-las do esquecimento¹⁸. Bem diferente é a abordagem dos temas teológicos e pastorais de S. Paulo, cujos ensinamentos não são intuições nascidas em reflexões teológicas, mas reações exigidas por situações concretas nas comunidades cristãs. Seus escritos são cartas e instruções, que visavam concretamente determinadas questões e questionamentos ou eram respostas a problemas surgidos no contexto eclesial da Igreja nascente.

O pivô da revelação bíblica é atuação de Deus na história através de Jesus Cristo, o Mediador que Deus-Pai instituiu para realizar a obra da *salvação e santificação* de toda a humanidade. É de notar-se que S. Paulo usa dois termos para fins de ênfase: “salvação” e “santificação”, significando o *desígnio salvífico e santificador de Deus*¹⁹.

Nesse ponto surgiu um confronto entre duas posições diametralmente opostas: o judaísmo rejeita, por princípio, que o Povo Eleito precise de um Mediador para entrar em contato com Javé, já que está vinculado com Ele pela *Aliança* sagrada; por outro lado, o cristianismo abraça a fé em Cristo como Mediador, o centro da revelação divina. Esse Mediador

18 O legado cultural do judaísmo antigo encontra-se nas seguintes obras: a) *Talmud* (exposição das práticas e dos costumes da religião judaica); b) *Mishnah e Tosefta* (tratam das instruções mosaicas): a *Mishnah* e a *Guemara* constituem o *Talmud*; c) *Midrash* (comentário atualizante das narrativas do AT); d) *Pesher* (comentário atualizante dos textos proféticos do AT); e) *Haggadah* (comentário atualizante dos textos litúrgicos do AT); f) *Halakah* (comentário atualizante dos textos legislativos do Pentateuco).

19 Trata-se de um recurso literário típico da poesia semítica que emprega a unidade poética mais curta para expressar uma idéia, no caso em pauta: *salvação e santificação*.



exerce o papel de Intercessor que leva nossas preces ao Deus Altíssimo e na função de Redentor traz os dons salvíficos como sinais da benevolência divina. Portanto, aceitar a fé em Deus implica aceitar a mediação imprescindível que Ele nos oferece em seu Filho. Destarte, quem rejeita essa mediação, opta pelos meios de salvação e santificação que outros movimentos de religiosidade propõem, como p.ex. o judaísmo nas suas várias facções: fariseus, saduceus, essênios, herodianos etc.

A objeção contundente do judaísmo contra o cristianismo é a morte cruenta de Cristo, pois a figura de Messias-Mártir seria prova irrefutável de que Deus-Pai rejeita esse tipo de mediador. A figura do Messias em voga entre os judeus é do tipo transcendente que está alheio a todo sofrimento e distante da humanidade sofrida. Nesse ponto de controvérsia teve influência decisiva o apóstolo Paulo, que inculcava de modo incansável que a morte de Cristo é salvífica para toda a humanidade, e não meramente o fim biológico de sua vida na terra. Na verdade, trata-se do resgate dos pecadores da condenação eterna, resultando na *salvação* através dos méritos da obra de redenção de Cristo e que Deus-Pai aplica aos pecadores arrependidos²⁰. Sem a morte salvífica de Cristo não há salvação para a humanidade: “não há remissão sem efusão de sangue”, *sine effusione sanguinis non fit remissio* (Hb 9,22). Além disso, esses méritos são fonte de enriquecimento de dons sobrenaturais em benefício dos fiéis, fazendo-os crescer no estado de *santificação* até chegar à plenitude.

A contribuição de S. Paulo à soteriologia é a ênfase no enriquecimento com dons sobrenaturais, após o estágio doloroso do processo de purificação da concupiscência do “homem velho”, passando para o estado do “homem novo” (Rm 6,4; Ef 4,24). O fator decisivo nesse esforço de aperfeiçoamento espiritual e moral é o papel da comunidade cristã cujos sacramentos do *Batismo* e da *Eucaristia* são meios indispensáveis à regeneração sobrenatural dos redimidos do Povo de Deus. Os fiéis da comunidade cristã estão engajados na obra de santificação *ad intra* e na obra missionária *ad extra* por ação de Cristo Ressuscitado e pela ação do Espírito Santo. Em breves palavras, o destino da ação de Deus no mundo está ligado ao destino do cristianismo.

Assim, pois, não difere substancialmente da dos Sinóticos a espiritualidade de S. Paulo: despojar-se do homem velho é praticar a renúncia à concupiscência da natureza humana; e revestir-se do homem novo pelo *Batismo* é unir-se a Jesus Cristo pela *Eucaristia* e por ele a Deus, é amar a Deus e ao próximo.

²⁰ O termo técnico, para a reabilitação do pecador ao estado de graça é “justificação”. Com esse termo se designa o fruto da redenção da obra de Cristo, aplicado por Deus ao ser humano, que então passa do estado de pecado ao reino da graça santificante.



2.3. A espiritualidade de S. João

Nos escritos de S. João²¹, já não é a idéia do Reino, nem a do desígnio salvífico e santificador de Deus sobre o homem que predomina, senão a da *união com Deus*. S. João faz-nos conhecer *a vida interior de Deus*, do *Verbo Encarnado e a espiritualidade cristã*²².

A apresentação dos temas de fundo consiste numa cristologia mais extensa sem enveredar em elucubrações espiritualizantes com base no desdobramento de determinadas temáticas. A forma literária é a exposição em estilo de Prólogo do Evangelho de S. João²³. Logo de início, a pessoa de Cristo entra em cena, aparecendo como Portador da palavra da Deus, comunicando-nos a *vida* divina, a *luz* divina, e o *amor* divino, fomentando a espiritualidade da união com Deus.

O VERBO NA PRESENÇA DE DEUS (Jo 1,1-2)

¹ *No princípio era o Verbo,
e o Verbo estava junto de Deus,
e o Verbo era Deus.*

² *Ele estava, no princípio, junto de Deus.*

A pré-existência do Verbo (em grego: *logos*) é definida em relação ao “princípio”. O *Logos* não é mera idéia da mente criativa de Deus, mas é a expressão da essência divina na forma da pessoa do Verbo, através do qual Deus se autocomunica na vida trinitária e na obra da criação bem como na história da humanidade. Ora, a maneira característica da pessoa se expressar é através da “palavra”, que se atualiza no ato da fala e que contém um objeto de comunicação. A relação entre o Verbo e Deus, na vida trinitária, consiste na união íntima sem ser absorvido, mas sim no sentido de identidade da natureza divina, mesmo havendo uma distinção real entre as pessoas do Pai e do Filho. Ora, a união entre as pessoas divinas não é uma imanência rígida de Deus, mas é relacionada e participativa na doação em profusão de *amor*, porque o amor é a essência mais íntima de Deus (1Jo 4,8.16). Esse amor não é mera propriedade

²¹ Os Escritos Joaninos abrangem o *Evangelho de S. João*, as três *Cartas Joaninas* e o *livro do Apocalipse*.

²² A vivência religiosa é sempre, simultaneamente, ato individual e ato social, sendo que a frase “*unus christianus, nullus christianus*” – um só cristão não é nenhum cristão –, aplica-se, em sentido amplo, a todas as religiões. Cf. M. SCHELLER, *Vom Ewigen im Menschen*, Berlim, Der Neue Geist Verlag, 1933, esp. Parte II, cap. 6 (a sua teoria do ato religioso), p. 557.

²³ Este hino litúrgico foi inserido no *Evangelho de S. João* à guisa de “Prólogo” de todo o livro. Alguns versículos são acréscimos redacionais a título de amplificação temática e interpolação explicativa, como p.ex. vs. 6-8; 9; 12b-13; 15; 17-18.



qualificativa da divindade, mas é constitutiva da plenitude de vida em Deus como comunidade de vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que consolida esse amor por meio de uma hipóstase real na terceira pessoa da Trindade. A eternidade do Verbo é da essência da divindade e antecede o tempo da criação.

O VERBO NA CRIAÇÃO (Jo 1,3-5)

³ *Tudo foi feito por ele
e sem ele nada foi feito de quanto existe.*

⁴ *Nele estava a vida
e a vida era a luz dos homens.*

⁵ *E a luz brilha nas trevas,
mas as trevas não a reconheceram.*

Ao Logos é atribuído o papel de causa eficiente na obra da criação. A origem do mundo é efeito da palavra criadora de Deus e não de uma matéria pré-existente seja como caos seja como somatório de partículas cósmicas. A segunda afirmação sobre a obra da criação é formulada em termos negativos: “*Sem ele nada foi feito de quanto existe*”. Portanto, não se admite a coexistência de dois princípios irredutíveis, isto é, um dualismo do bem e do mal, da luz e das trevas, da vida e da morte, do espírito e da matéria, mas desde o princípio só existe Deus. Abre-se assim uma visão otimista do mundo. É o reconhecimento positivo de toda a realidade existente, havendo uma referência a Deus na existência de todas as criaturas, donde a possibilidade de remontar das coisas criadas às incriadas até divisar a Deus. O caminho para o encontro com Deus não é, pois, afastamento do mundo ou ruptura, mas é um meio disponível para subir até o Criador. A relação do Verbo com a humanidade é expresso com o simbolismo da *vida* e da *luz*.

O VERBO NA HISTÓRIA (Jo 1,10-12)

¹⁰ *O Verbo estava no mundo,
e o mundo foi feito por meio dele,
mas o mundo não o reconheceu.*

¹¹ *Veio para o que era seu,
porém os seus não o acolheram.*

¹² *Mas a todos que o acolheram,
deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus.*

O Verbo realiza a obra da redenção em prol da humanidade. O alcance da atividade visível e da história do Verbo encarnado estende-



se a todos os indivíduos em âmbito mundial. São eles os destinatários da vida sobrenatural que lhes é conferida pelo Verbo Redentor. Sua obra de elevar os seres humanos ao estado de filhos adotivos de Deus é tão inovadora como a criação da raça humana pelo Criador, pois as origens da vida tanto natural como sobrenatural do homem remontam à intervenção divina. Desde a inserção do Verbo na história, entrando em contato com a situação do homem no mundo, surgiu na humanidade o desafio do acolhimento ou então da resistência ao *querigma*. Os “seus” mencionados aqui são os contemporâneos de Cristo e seus contemporâneos que não aderiram à fé cristã.

O VERBO NA COMUNIDADE CRISTÃ (Jo 1,14.16)

¹⁴ *E o Verbo se fez carne,
e habitou entre nós;
e nós contemplamos a sua glória,
glória que recebe do Pai como Filho unigênito,
cheio de graça e verdade.*

¹⁶ *De sua plenitude todos nós recebemos,
graça sobre graça.*

O Verbo assume uma existência histórica, participando dos grupos sociais, inicialmente muito pequenos, isto é, a família, o clã, a tribo e, depois, sempre maiores: povo, nação, país. Daí que o Verbo, ao fazer-se carne, ficou inserido no tecido social do seu, o povo israelita. A relevância desse evento é o fato de Deus se autocomunicar concretamente. Isso se explica no contexto da história da salvação, confrontando-se assim a revelação histórica na Bíblia com a revelação cosmológica das religiões não-bíblicas. Acresce a isto a relação com a comunidade cristã: “*habitando entre nós*”, porque Jesus Cristo não quis ser um herói solitário, mas o Mestre no meio dos seus discípulos. O motivo de os discípulos se tornarem ouvintes da Palavra de Deus não é para satisfazerem a curiosidade, mas para se familiarizarem com os desígnios divinos a respeito da humanidade. A expressão “*estabelecer a tenda*” evoca o itinerário de Jesus Cristo pelas regiões da Palestina, desde os povoados mais remotos até Jerusalém, a capital religiosa e política do país. No percurso do caminho havia freqüentes contatos com os discípulos e diversos grupos sociais, aos quais Jesus pregava a mensagem da salvação. Neste contexto situa-se o “seguimento” de Cristo, ao se associarem os ouvintes ao grupo dos discípulos. Esses eram as testemunhas oculares dos milagres, prodígios e sinais que comprovam a intervenção de Deus e manifestam a



divindade do seu Filho. A “plenitude” dos bens espirituais está no Verbo Mediador, e nele só, como grandeza pessoal e também como tesouro em suas mãos para ser distribuído aos fiéis. No desempenho de sua função mediadora, o Verbo realiza a mediação de duas maneiras: através do movimento de cima para baixo, que procede do amor de Deus para conosco, passando pelo coração humano de Jesus, e através do movimento de baixo para cima, que parte do coração humano de Jesus, o Filho, em direção ao Pai.

S. João é, pois, o apóstolo da *vida em união com Deus*, no contexto da comunidade cristã. Embora os traços marcantes da espiritualidade sejam diferentes da dos Sinóticos e S. Paulo, há uma convergência fundamental na ação conjunta de Cristo Ressuscitado e na ação do Espírito Santo que são os agentes decisivos da vivência da vida sobrenatural nas comunidades de fé. Assim como nos Sinóticos e em S. Paulo, as abordagens refletem o desdobramento da vivência comunitária, da mesma forma encontra-se em S. João a motivação da vitalidade espiritual do cristão na união com Deus.

Conclusão

Na espiritualidade bíblica, convergem em linhas concêntricas os dois princípios da *Eleição* divina e *Aliança* sagrada, no AT e NT. São esses os aspectos principais da autocomunicação de Deus elucidando quem Ele é o que Ele faz, e manifestando também os seus desígnios. A espiritualidade bíblica empresta um sentido altamente religioso à vivência da fé comunitária que não se restringe a um padrão unificado, mas abre um leque de experiências do Espírito que guiam e interpretam a existência humana no plano dos acontecimentos e das vicissitudes em que o cristão e a comunidade se vêem envolvidos. O traço marcante dessa experiência é a moção do Espírito que inspira a criatura humana a tender à perfeição.

Endereço do Autor:

ITESC

Caixa Postal 5041

88040-970 – Florianópolis – SC

ENCONTROS Teológicos

Resumo: Muitas vezes manifesta-se a concepção, em nossas práticas e organizações eclesiais, de que as Pastorais Sociais são menos espirituais que outras atividades eclesiais. Está ainda presente o dualismo entre fé e vida, corpo e alma, oração e ação, comunhão e missão... e precisa muito trabalho para isto ser superado. Este artigo se propõe discutir alguns elementos concernentes à espiritualidade das Pastorais Sociais, tendo por base a convicção de que a atividade neste âmbito não é desprovida de espiritualidade e que toda ação eclesial tem que possuir um compromisso social. Para tanto, este artigo divide-se em três partes: em primeiro lugar aborda uma delimitação do tema ou seja, o que se entende por Pastoral Social e por Espiritualidade. Depois, procura-se descrever três fontes dessa Espiritualidade a partir da fé cristã no Deus Trindade, e, por último, aponta algumas possibilidades para alimentar a espiritualidade das Pastorais Sociais.

Abstract: It is often said, in our Church organizations, that the Social Pastorals are less spiritual than the other Church activities. It is still widespread the dualism between faith and life, body and soul, prayer and action, communion and mission... and one needs a big effort to overcome this. This paper proposes to discuss some elements concerning the spirituality of the Social Pastorals, upon the conviction that the activity in this field is not devoid of spirituality and that every Church activity should have a social compromise. In this way, this paper is developed in three parts: first, it tries to delimitate the theme, describing what is Social Pastoral and what is Spirituality; second, it describes the three springs of this Spirituality starting with the Christian faith in the Divine Trinity; and third, it shows some possibilities in the aim of feeding the Spirituality of the Social Pastorals.

Mística e espiritualidade das Pastorais Sociais

*Elisete Gesser Della Giustina Dacoregio*¹

Marcio Martins Rosa

Roque Ademir Favarin

¹ Elisete G. D. G. Dacoregio e Pe. Roque A. Favarin fazem parte da Coordenação Colegiada da Caritas Brasileira Regional Santa Catarina; Marcio M. Rosa é Estudante de Teologia do ITESC, 1º Ano. Diocese de Caçador, SC.